

## MERITOCRACIA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EXCLUDENTE DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO

Autora: Iasmini Bellaver Dambros; Orientadora: Ana Luiza da Rocha Carvalho.

*Feevale*  
mini.bellaver@gmail.com

**Resumo:** A inclusão de jovens no mercado formal de trabalho brasileiro historicamente é marcada pela desigualdade social, a qual exclui os jovens pouco qualificados de oportunidades que exigem uma qualificação profissional a qual poucos têm acesso tendo em vista que uma grande parcela da população jovem brasileira encontra-se em vulnerabilidade socioeconômica. Este texto problematiza a ideologia da meritocracia, a qual avalia de forma isolada as competências de cada indivíduo sem levar em conta sua relação com o capital cultural, social e econômico presente nas relações sociais, e como tal ideologia colabora para a precarização das relações de trabalho de forma prematura, em um período de iniciação e aprendizado de atividades laborais que trará repercussões significativas para a vida desse sujeito.

Palavras-chave: Juventude, Meritocracia, Trabalho, Desemprego, Desigualdade Social.

### 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano, ao longo dos mais diversos períodos da história, esteve intimamente ligado ao trabalho. Em nossa cultura identifica-se a forte presença da crença de que o trabalho é fator essencial na vida do ser humano. Ainda, segundo Castel (1996, p. 311) “Há, pelo menos, dois séculos, toda a nossa organização social gravita em torno do trabalho – é o trabalho que constitui nossa identidade social”.

Compreende-se que com as modificações nas formas de produção propostas pela industrialização e o capitalismo, houve a necessidade da implementação de conhecimentos específicos, como o conhecimento técnico, disciplina e autocontrole, visando assim uma incorporação de um reflexo automático necessário para que se possa acompanhar o ritmo das máquinas e operá-las de forma eficiente, excluindo dessa forma os indivíduos pouco disciplinados para o trabalho segundo os parâmetros do mercado (SOUZA, 2016).

Ainda, outro aspecto fundamental para a análise é a ideologia da meritocracia, a qual disfarça e manipula os diferentes desempenhos entre os indivíduos, possibilitando que o

“desempenho diferencial” seja percebido unicamente enquanto diferença de talentos inatos, e não em sua complexidade, com todas as relações sociais envolvidas, como é de fato (SOUZA, 2016).

É relevante para a compreensão da atual conjuntura social a apresentação da sociedade salarial descrita por Castel em sua obra como sendo uma sociedade na qual a maior parte dos sujeitos sociais possuem sua inserção social pautada pela posição a qual ocupam no salariado, sendo esse não ligado apenas a remuneração, mas também vinculado a sua identidade a qual perpassa o seu status e sua participação social, entre outros fatores (CASTEL, 1996). Assim, existe um domínio hierárquico de uma classe sobre a outra, fazendo com que as classes dominadas se percebam de forma inferior, mantendo a crença de que são incapazes, fortalecendo o estigma de que são indignos. Deste modo, a naturalização da desigualdade torna-se possível a partir da ideologia da meritocracia (SOUZA, 2016).

A precarização do trabalho, a qual contribui para a fragilização dos vínculos laborais, além de nutrir o desemprego, submete as pessoas à situações de vulnerabilidade, as quais atingem de forma mais intensa, os trabalhadores pouco qualificados. Tais trabalhadores são descritos por Castel como “sobrantes” os quais por não estarem integrados na sociedade passam a não ter mais um lugar nela, sendo dessa forma invalidados pela conjuntura econômica e social (CASTEL, 1996).

Neste panorama de desemprego e condições de emprego precarizadas e pouco previsíveis, as quais são resultado direto da competição de mercado, tornando-se principal fonte de insegurança em relação à posição social e à auto estima dos sujeitos sociais, é que aponto para o objetivo desta pesquisa, que envolve a questão da inserção produtiva de jovens, os quais buscam sua primeira oportunidade de emprego em meio a uma crise econômica e social, na qual, atualmente, compreende-se a meritocracia como uma forma justa de seleção (BAUMAN, 2005).

## **2 METODOLOGIA**

Nesta pesquisa o delineamento empregado teve cunho qualitativo, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e institucionais, o contexto em que o tema pesquisado está inserido e as associações entre as variáveis (GIL, 2010). Em relação à pesquisa desenvolvida, esta foi de cunho exploratório, objetivando proporcionar uma maior compreensão acerca do problema a partir de revisão bibliográfica utilizando-se livros, *e-books*, artigos científicos e pesquisas nacionais, disponibilizados em bases de dados como a Scielo e sites

oficiais de órgãos governamentais e privados, tendo em vista que o tema específico é pouco explorado (MINAYO, 2010). Os descritores utilizados na pesquisa foram: “juventude e trabalho”, “inserção produtiva de jovens”, “mercado de trabalho e juventude”, “dificuldades na inserção de jovens no mercado de trabalho”, “meritocracia”, “desqualificação profissional”.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A inserção de jovens no mercado de trabalho brasileiro vem sendo um grande desafio ao longo de toda a história do país. Desde a República Velha até a atualidade as relações de classes permeiam tal inserção, não sendo novidade o fato de que jovens pertencentes às famílias com melhores condições socioeconômicas possuem acesso privilegiado à educação o que em muito facilita o acesso a trabalhos mais qualificados, restando aos jovens em vulnerabilidade socioeconômica apenas ocupações que lhes permitam a subsistência (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

Cabe destacar que em nossa sociedade existe a afirmação de que privilégios injustos foram ultrapassados, sendo estes substituídos por méritos pessoais, os quais são percebidos em indivíduos “mais capazes”, sendo assim, supostamente justificáveis por meio da meritocracia (SOUZA, 2016).

Souza (2016), resgatando a obra de Pierre Bourdieu, apresenta os conceitos de capital econômico, capital cultural e capital social para definir os “capitais impessoais” que definem o sucesso ou o fracasso de cada indivíduo. Assim, descreve a íntima relação entre o capital econômico e o capital social, pois quem detém o primeiro, quase sempre detém o segundo, tendo em vista as relações privilegiadas que se estabelecem entre as pessoas com maior poder aquisitivo. Ainda, ao falar sobre capital cultural, descreve a relevância do acesso ao conhecimento para a vida em uma sociedade pautada pelo capitalismo moderno, tendo em vista as atuais exigências de conhecimento técnico e científico. Deste modo, o autor descreve um ciclo que se retroalimenta, onde os indivíduos que possuem capital econômico e capital cultural valorizado, ocupam juntos as funções consideradas superiores, as quais darão acesso privilegiado à bens materiais, bens de consumo, e bens simbólicos como o reconhecimento, influência e convívio social elitizado.

Neste contexto, cabe destacar que por meio da apropriação do capital cultural através de privilégios injustos, como o acesso facilitado a bens, serviços e a relações sociais privilegiadas, é fator preponderante para a desigualdade social, uma vez que condena à desclassificação social a enorme parcela de indivíduos que não possuem acesso a tais privilégios. Aqui encontramos a fragilidade da meritocracia, uma vez que por meio da ideologia meritocrática observa-se apenas as

competências de cada indivíduo, levando em consideração seu acúmulo de capital cultural, sem observar que o capital econômico e o capital social são fatores determinantes para o acesso ao capital cultural uma vez que a partir deles se pode comprar ou ter acesso a capital cultural valorizado, como a classe média compra o tempo para o estudo dos filhos, os quais poderão se dedicar ao aperfeiçoamento profissional, ao contrário dos filhos de classes pobres, os quais possuem seu tempo “roubado” pela necessidade de prestar serviços, tendo sua força de trabalho vendida por preços irrisórios, sendo relegados à miséria. Assim, existe uma manutenção da classe privilegiada enquanto tal, pois seus filhos chegarão na escola e no mercado de trabalho como “vencedores”, exercendo atividades laborais valorizadas, encobrendo sob a imagem de mérito pessoal o que na verdade é privilégio de classe, legitimando a desigualdade social (SOUZA, 2016).

Nesta pesquisa a concepção de juventude tem por base o Estatuto da Juventude Lei nº 11.129/2005, em seu artigo 11, o qual descreve como população jovem os indivíduos que se enquadram na faixa etária de 15 a 29 anos. Sendo assim, na adolescência são ofertadas as primeiras oportunidades de ingresso na vida laboral. A Constituição Federal de 1988 apresenta a possibilidade de trabalho na condição de aprendiz à jovens com idade a partir de 14 anos. Desta forma, é fundamental a compreensão de que a escolha profissional interfere diretamente no estilo de vida do jovem, passando por sua possibilidade de satisfação laboral bem como pessoal, podendo ser fator indicativo de saúde e desenvolvimento ou de adoecimento variando em decorrência da relação que este jovem terá com o trabalho (Barreto, 2000).

Rodrigues (2017) aponta que diversos fatores impactam na inserção dos jovens no mercado de trabalho, dando ênfase para a falta de experiência profissional e acadêmica pois, o capitalismo global impulsionou o aumento das exigências profissionais e pessoais para a inserção no mercado de trabalho, sendo que em muitos casos os jovens não possuem os requisitos básicos para a contratação, resultando de tal modo na marginalização de uma grande parcela desses jovens. Ainda, outro fator crucial para a dificuldade na inserção no mercado de trabalho é o excesso de mão de obra, o que acarreta na exclusão de processos seletivos de jovens pouco qualificados, aos quais são destinadas atividades de baixa remuneração, consideradas “funções inferiores”.

Em nosso contexto social contemporâneo o qual percebe o trabalho enquanto balizador da vida em sociedade, o emprego passou a ser uma preocupação recorrente na vida da grande maioria dos jovens, seja por necessidades socioeconômicas, seja pelo desejo do reconhecimento social, próprio de tal etapa do desenvolvimento. Dessa forma, o emprego, em especial o primeiro emprego, torna-se fator de fundamental importância para a concretização de projetos de vida, acesso a bens de

consumo e aspectos culturais, sendo de forma ainda mais aprofundada, fator primordial para a construção da identidade desse jovem (MONTEIRO; VALE, 2011).

Singly (2000) refere que o processo de amadurecimento dos jovens perpassa o campo do psicológico e do social, implicando de tal modo na busca por independência e autonomia. Ainda segundo os autores Monteiro e Vale (2011), a não inclusão do jovem no mercado de trabalho não fará referência apenas a aspectos puramente econômicos, mas sim, sendo o trabalho compreendido enquanto experiência de extrema importância para o desenvolvimento do indivíduo, a dificuldade no acesso e permanência no mercado de trabalho torna-se uma influência bastante negativa para a construção de identidade desse sujeito.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua – PNAD referentes ao primeiro trimestre de 2016 indicam que o Brasil possui um quarto da população jovem de 18 a 24 anos desocupada, ainda, mais que um terço da população jovem entre 14 a 17 anos encontra-se também em situação de desemprego, sendo tais dados sinais alarmantes do quadro de desemprego apresentado atualmente em nosso país. (RODRIGUES, 2017). Ainda, a pesquisa aponta para o fato de quanto menor a renda familiar, menos tempo de estudo é apresentado pelo jovem, sendo de tal forma ainda mais preocupante a situação brasileira tendo em vista que os anos de estudo impactam diretamente na inserção do jovem no mundo do trabalho pois quanto menor a renda do jovem, mais difícil se torna sua qualificação e conseqüentemente sua iniciação no mercado de trabalho torna-se cada vez mais postergada e relegada a trabalhos precarizados (RODRIGUES, 2017).

Assim, a vivência real da exclusão social é produto de um somatório de experiências cotidianas, as quais são geradoras de frustração a medida em que apresentam privações, limitações, anulações e inclusões enganadoras (MARTINS, 2008; BAUMAN, 2005). Ainda, a ordem competitiva apresenta-se de forma hierarquizada, na qual implica e opaca os indivíduos que nela estão inseridos, e a partir desta hierarquia que os indivíduos sem qualificação adequada são considerados desclassificados e tornam-se marginalizados de forma permanente. Assim, a ideologia da meritocracia propaga a violência simbólica, ao passo em que induz à ilusão de que a igualdade está presente na sociedade como um todo, fomentando ainda o preconceito contra os “dispensáveis” os excluindo socialmente (SOUZA, 2016).

Assim, a exclusão deve ser percebida como um problema social o qual abrange a todas as parcelas da população pois, alguns já encontram-se privados dos mínimos sociais para a vida digna enquanto cidadão, outros vivem com o eminente risco de que a exclusão seja seu próprio destino, ou o destino de seus familiares (MARTINS, 2008). Por fim, cabe destacar que “para qualquer um que

tenha sido excluído e marcado como refugio, não existem trilhas óbvias para retornar ao quadro dos integrantes” (BAUMAN, 2005, p.25), o que é especialmente alarmante quando ocorre na juventude e pode influenciar diretamente todo o futuro profissional desse sujeito.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com isso, percebe-se a urgência na implementação de políticas públicas continuadas e articuladas voltadas para a juventude brasileira, visando a emancipação por meio da capacitação e a oferta de serviços voltados à inserção no mercado de trabalho e a permanência no processo de escolarização, para que se possa garantir um acesso a oportunidades decentes de trabalho.

Ressalta-se o compromisso com a autonomia dos sujeitos, fortalecendo suas potencialidades de forma a romper o processo de exclusão, marginalização, assistencialismo e tutela. Auxiliando estes indivíduos a se apropriarem de seus lugares enquanto protagonistas de suas histórias na efetivação de seus direitos.

#### **REFERÊNCIAS**

BARRETO, M. A. M. (2000, nov.). **A importância de uma escolha profissional adequada para a realização pessoal dos indivíduos**: Algumas considerações. Revista Ciências da Educação, 2(3), 177-185

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CASTEL, R. As transformações da questão social, In: BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B. **Desigualdade e a questão social**. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** (5ª ed.). São Paulo: Atlas. 2010.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza, classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. (12ª ed.) São Paulo. Hucitec. 2010.

MONTEIRO, R. P.; VALE, Z. M. C. O jovem e a primeira experiência de trabalho. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo , v. 19, n. 2, p. 113-124, 2011

RODRIGUES, T. M. **Juventude e mercado de trabalho no Brasil:** formação e empregabilidade. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho.** Estud. av., São Paulo, v. 29, n. 85, p.153 – 168, 2015.

SINGLY, F. O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E., Singly, F. de & Cicchelli, V. **Família e individualização.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite / Jessé Souza. – São Paulo: LeYa, 2015.

